

CONCURSO PÚBLICO DE PONTA GROSSA - PARANÁ

Edital 001/2010 – DATA DA PROVA: 30/05/2010

PERÍODO DE PROVA: TARDE



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina

CARGO: ADVOGADO
CARGO: ADVOGADO

LEIA ESTAS INSTRUÇÕES:

- 1 Identifique-se na parte inferior desta capa;
- 2 Você dispõe de três horas para responder todas as questões e preencher o Cartão Resposta;
- 3 Utilize caneta esferográfica azul ou preta;
- 4 O candidato só poderá se retirar da sala, após 1 (uma) hora do início das provas;
- 5 Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas uma opção de resposta correta;
- 6 Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas que possam dificultar a leitura. Detectado algum problema, comunique imediatamente ao fiscal;
- 7 Utilize o caderno de prova como rascunho se necessário, mas deverá assinalar o Cartão Resposta que acompanha a prova;
- 8 Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura;
- 9 Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta;
- 10 Este caderno contém, vinte e cinco questões de múltipla escolha;
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao fiscal o Caderno e o Cartão Resposta;
- 12 Assine o cartão resposta no verso.

Identificação do candidato	
Nome (em letra de forma)	Nº da inscrição

Boa Prova!

01 - Considerando as disposições da Constituição Federal do Brasil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A República Federativa do Brasil tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- b) Os direitos e garantias fundamentais definidos pela Constituição Federal necessitam, em sua totalidade, de normas regulamentadoras para que sejam aplicados ao caso concreto.
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por 2/3 dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.
- d) Qualquer Partido Político possui legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus filiados e também de toda a população brasileira.

02 - Qual das alternativas abaixo não descreve uma competência exclusiva da União, segundo a Constituição Federal do Brasil:

- a) Organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.
- b) Conceder anistia.
- c) Instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- d) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

03 - Sobre a intervenção federal, considerando as disposições constitucionais, assinale a INCORRETA:

- a) A regra é não haver intervenção da União nos Estados ou destes nos Municípios. Uma das exceções admitida pela Constituição Federal é a intervenção do Estado em seus Municípios quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- b) A União poderá intervir no Estado para assegurar a forma republicana, o sistema representativo e o regime democrático, bem como a autonomia municipal.
- c) A intervenção, no caso de desobediência de ordem ou decisão judiciária, depende de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.
- d) O decreto de intervenção deverá nomear o interventor e será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo máximo de 12 (doze) horas.

04 - Considerando as disposições constitucionais sobre o processo legislativo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A emenda a constituição somente é admitida mediante a proposta do Presidente da República, de 2/3, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- b) O processo legislativo brasileiro, compreende apenas a elaboração das seguintes espécies de normas: emendas, leis complementares, leis ordinárias e leis delegadas.
- c) As leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração são de iniciativa privativa do Presidente da República.
- d) Pode ser matéria regida por medida provisória a que diz respeito a partidos políticos, direito eleitoral e processual civil.

05 - Sobre a Administração Pública e Servidores Públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A vedação de acumulação remunerada de cargos públicos também se estende a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- b) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- c) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, poderá exercer as duas funções, mas deverá optar por uma das remunerações.
- d) São estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

06 - Sobre a competência dos Municípios, segundo a Constituição Federal, assinale a INCORRETA:

- a) É competência do município legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) Cada Município tem competência para criar, organizar e suprimir distritos, sempre observando a legislação estadual sobre o assunto.
- c) É de competência do Município, explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.
- d) Compete ao Município promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

07 - Sobre os poderes da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O poder vinculado também pode ser denominado competência vinculada. Este poder se manifesta quando a autoridade, ante determinada circunstância, é obrigada a tomar decisão determinada, pois sua conduta é ditada previamente pela norma jurídica.
- b) O poder discricionário é faculdade conferida à autoridade administrativa de, ante certa circunstância, escolher uma entre várias soluções possíveis. Este juízo de conveniência e oportunidade, não possui limite, estando a critério do administrador fazer a melhor escolha para os administrados.
- c) O poder disciplinar é atribuído a autoridade administrativa com o objetivo de apurar e punir faltas funcionais, ou seja, condutas contrárias à realização normal das atividades do órgão e irregularidades de diversos tipos.
- d) O poder normativo se traduz na faculdade da Administração de emitir normas para disciplinar matérias não privativas de lei.

08 - Sobre os princípios de Direito Administrativo, assinale a INCORRETA:

- a) A finalidade, como elemento essencial de validade do ato administrativo, corresponde, na prática, à observância do princípio da impessoalidade.
- b) O princípio da razoabilidade se vincula à limitação da discricionariedade administrativa.
- c) A exigência constitucional de concurso público para provimento de cargos públicos reflete a aplicação efetiva do princípio da impessoalidade.
- d) O princípio da legalidade, segundo o qual o agente público deve atuar de acordo com o que a lei determina, é incompatível com a discricionariedade administrativa.

09 - Quanto às disposições referentes aos servidores públicos é correto afirmar:

- a) A exigência de concurso público de provas ou de provas e títulos, estabelecida no artigo 37 da Constituição Federal, pode ser excepcionada por lei que autorize a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- b) O edital do concurso público pode estabelecer sua validade em até 03 anos, podendo prorrogá-lo por igual período.
- c) A admissão de pessoas portadoras de deficiência, para cargos efetivos, independe de concurso público.
- d) O servidor público estável apenas perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

10 - Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo a Constituição, a competência para legislar sobre direito de propriedade, desapropriação e requisição é privativa da União. Logo, somente esse ente federativo tem competência para decretar e executar as diferentes hipóteses de desapropriações constitucionalmente admitidas.
- b) A Constituição Federal proíbe usucapião de imóvel público urbano, mas admite, observados critérios a serem estabelecidos em Lei Complementar, o usucapião de imóvel público rural.
- c) Requisição é o direito real público que autoriza o Poder Público a usar da propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo.
- d) A desapropriação é a figura jurídica pela qual o poder público, necessitando de um bem para fins de interesse público, retira-o do patrimônio do proprietário, mediante prévia e justa indenização.

11 - Sobre a Responsabilidade Civil do Estado, assinale a CORRETA:

- a) A responsabilidade civil do Estado, pelos danos causados por seus agentes a terceiros, atualmente, é tida como subjetiva, passível de regresso.
- b) As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, mesmo se eles não foram culpados.
- c) Para que a Administração exercite seu direito de regresso contra o servidor que, culposa ou dolosamente, casou dano a terceiro, segundo a maioria da doutrina, é imprescindível a denúncia da lide.
- d) Tanto a responsabilidade da Administração para com a vítima quanto a responsabilidade do agente em face da Administração seguem a teoria da responsabilidade objetiva.

12 - Segundo a disposições do Código Tributário Nacional, assinale a INCORRETA:

- a) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.
- b) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.
- c) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser modificado ou alterado.
- d) A taxa tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

13 - Sobre o Imposto Municipal sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, segundo o Código Tributário Nacional, assinale a INCORRETA:

- a) O fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- b) Para cobrança do IPTU, considera-se como zona urbana a definida em lei complementar municipal, observada a existência de pelo menos um dos seguintes melhoramentos mantidos pelo público: meio-fio ou calçamento, com

canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários ou rede de iluminação pública com posteamento para distribuição domiciliar.

- c) A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.
- d) Na fixação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

14 - Segundo o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno, exceto:

- a) As fundações
- b) A União
- c) Os Municípios
- d) As autarquias

15 - Sobre os defeitos do negócio jurídico, segundo o Código Civil, assinale a INCORRETA:

- a) São anuláveis os negócios jurídicos quando tiverem por fundamento declaração de vontade proferida com erro substancial. O erro é considerado substancial quando interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a eles essenciais.
- b) A coação, para viciar a declaração de vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
- c) Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salva-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- d) São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.

16 - Considerando as disposições do Código Civil sobre obrigações, assinale a INCORRETA:

- a) Nas obrigações de dar coisa certa, deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- b) Nas obrigações de dar coisa incerta, esta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
- c) Nas obrigações de dar coisa incerta, antes da escolha, poderá o devedor se eximir da obrigação, alegando perda ou deterioração da coisa, por caso fortuito ou força maior.
- d) Nas obrigações de fazer se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação, se por culpa dele, responderá por perdas e danos.

17 - Considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor, assinale a CORRETA:

- a) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, com exceção dos entes despersonalizados, que desenvolva atividades de comercialização de produtos.
- b) Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número do CPF ou do CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente.
- c) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 15 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- d) O Código de Defesa do Consumidor não possibilita, no caso de produto defeituoso, a responsabilização do comerciante, mas apenas do fabricante, produtor ou construtor.

18 - Segundo as disposições do Código Penal, diz-se que o crime é tentado, quando:

- a) Iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- b) O agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede a produção do resultado.
- c) Quando o agente comete o crime por imprudência, negligência ou imperícia.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

19 - A seguinte conduta: “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem” é a definição de qual crime:

- a) Peculato
- b) Corrupção passiva
- c) Corrupção ativa
- d) Prevaricação

20 - Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, pode o empregado faltar ao serviço sem prejuízo de sua remuneração em algumas situações. Considerando esta assertiva, assinale a INCORRETA:

- a) por dois dias, a cada seis meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- b) por até três dias consecutivos em virtude de casamento.
- c) por até dois dias, consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei específica.
- d) pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a júízo.

21 - Com relação às nulidades no Processo do Trabalho, assinale a INCORRETA:

- a) Só haverá declaração de nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo as partes litigantes.

- b) A nulidade não será pronunciada quando argüida por quem lhe tiver dado causa.
- c) As nulidades relativas deverão ser declaradas mediante provocação das partes, que podem argui-las a qualquer momento, desde que seja anterior ao trânsito em julgado da decisão.
- d) A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

22 - Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa que contenha a ordem que denomina corretamente cada uma das definições apresentadas:

I- Ocorre quando um terceiro pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre o qual controvertem autor e réu.

II- Ocorre quando duas ou mais pessoas litigam, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente.

III- Ocorre quando, pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, um terceiro tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo.

IV- Ocorre quando se introduz no processo aquele que deveria ter sido originariamente demandado, de forma que passa a integrar o processo na condição de réu, deixando de ser terceiro.

- a) Oposição, nomeação à autoria, chamamento ao processo e assistência
- b) Denúnciação à lide, litisconsórcio, assistência e nomeação à autoria
- c) Litisconsórcio, oposição, assistência e chamamento ao processo
- d) Oposição, litisconsórcio, assistência e nomeação à autoria

23 - Considerando as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa em que não deverá ser observado o procedimento sumário:

- a) Nas causas cujo valor não exceda a 60 vezes o valor do salário mínimo.
- b) Nas causas, qualquer que seja o valor, de arrendamento rural e parceria agrícola.
- c) Nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.
- d) Nas causas, qualquer que seja o valor, que versem sobre revogação de doação.

24 - Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre recursos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No direito brasileiro apenas são cabíveis os seguintes recursos: apelação, agravo, embargos de declaração, recurso ordinário e especial.
- b) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público.
- c) Não se admite no direito brasileiro o recurso adesivo.
- d) Não se admite no direito brasileiro a renúncia ao direito de recorrer, mas apenas a desistência do recurso, desde que haja anuência da outra parte.

25 - Sobre as provas no processo civil, assinale a INCORRETA:

- a) Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou defesa.
- b) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto fato constitutivo do seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- c) Compete ao terceiro, em relação a qualquer pleito, exhibir coisa ou documento que esteja em seu poder.
- d) Os fatos notórios e os incontroversos, dependem de prova, quando o Juiz determinar a sua apresentação para firmar seu convencimento no julgamento da causa.